



A adequação das Políticas Sociais no âmbito do desemprego: a perspectiva dos beneficiários

Raquel Gonçalves¹, Rosária Ramos e Alexandra Lopes

¹Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Centro de Administração e Políticas Públicas (U. Lisboa)

¹raquelg@ese.ipvcc.pt

INTRODUÇÃO



- Aumento progressivo da taxa de desemprego

Necessárias políticas sociais de apoio (adequadas) aos indivíduos desempregados, subempregados e suas famílias

- Diminuição da taxa de desemprego, em linha com a tendência europeia
- **2014 - taxa de desemprego dos indivíduos mais velhos (55-64 anos)** tornou-se superior à dos indivíduos com idades entre os 25 e os 54 anos de idade, o que nunca tinha acontecido em Portugal, pelo menos desde a década de 80 do século passado (Pordata, 2021)



MATERIAIS E MÉTODOS. Com o objetivo de compreender a experiência de desemprego involuntário de um grupo de ex-trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (Portugal), desenvolveu-se um estudo quantitativo, transversal, que incluiu 115 inquéritos por questionário. Do total de participantes, 59 encontravam-se empregados no momento da recolha de dados (51%) e 56 permaneciam desempregados (49%).

A amostra é constituída por indivíduos com idades compreendidas entre os 26 e os 67 anos (empregados, M=41,39; dp=9,38; desempregados, M=55,36; dp=6,36), sendo maioritariamente do sexo masculino (95,7%).

RESULTADOS.

Os resultados evidenciaram uma diversidade de trajetórias individuais e profissionais, sendo notória a insatisfação dos participantes relativamente apoios/medidas de que beneficiou (apoios da Segurança Social, I.P. e apoios do CE e IEFP - Apoio ao Emprego e Formação) por diferentes motivos.

Em relação aos mecanismos de apoio face à situação de desemprego (Apoios da Segurança Social, I. P.), 45,2% dos inquiridos encontrava-se, no momento da recolha de dados, a beneficiar do Subsídio de Desemprego e 54,8% já tinha beneficiado deste apoio. No que aos apoios prestados pelo CE e IEFP diz respeito, é de salientar que cerca de um quarto da amostra já tinha beneficiado de medidas de formação profissional (24,3%), sendo que os indivíduos desempregados parecem ter usufruído mais desta medida do que os empregados (30,4% vs. 18,6%) – muito provavelmente devido à duração, mais prolongada, do período de desemprego.

Os participantes evidenciam de forma clara a sua insatisfação com os apoios/medidas de que beneficiaram (51,3% insatisfeitos e 13,9% muito insatisfeitos).

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Sendo o desemprego uma categoria macro definida pela inter-relação entre múltiplas dimensões, exige naturalmente uma actuação integrada e intersectorial, pelo que se considera que as políticas sociais de emprego requerem não só um maior nível de flexibilidade, como o desenvolvimento de modelos de matriz territorial que potenciem a participação de diversos actores – nomeadamente da sociedade civil, mercado e Estado – para os distintos níveis de *governance* (Araújo, 2006; Baumann, 2015).

Do ponto de vista da Política Social, esta evidência sugere a necessidade de políticas sociais que contribuam para uma maior equidade na gestão da condição de desempregado.

Referências Bibliográficas

- Araújo, P. (2006). Desemprego de meia-idade e mediadores de compensação: O Estado social como último reduto. Centro de Estudos Sociais, 260.
Baumann, I. (2015). Decreased well-being after job loss: testing omitted causes. LIVES Working Papers, 36, 1-33.
Pordata (2021). População desempregada: total e por grupo etário.
<https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%3a7%3a30+desempregada+total+e+por+grupo+et%3a1rio-40>